

MEMÓRIA, ATUALIDADE E POSSIBILIDADE: A POLÊMICA DO DISCURSO DO REFERENDO DAS ARMAS NA MÍDIA IMPRESSA

MOREIRA E SILVA, Carla Letuza

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (Mestranda)

Interdiscurso, pré-construído, discurso transversal e memória

Coordenação: Amanda Scherer e Márcia Dresch

Para falar do discurso jornalístico sobre o Referendo do Comércio de Armas trago presentes os pressupostos da Análise do Discurso francesa e, portanto, trago constitutivamente em minha fala outras falas que se completam e que me auxiliam na compreensão do espaço polêmico em que se constrói este discurso.

O próprio título desta apresentação neste III Sead sugere um movimento de sentidos no discurso jornalístico e reflete seu papel histórico e ideológico na contemporaneidade. Os aspectos articulados de memória, atualidade e possibilidade remetem a trajetória de sujeitos e sentidos no discurso sobre o Referendo. Atualizar, então, efeito de evidência deste discurso, não representa uma maneira de marcar o presente, mas de interpretá-lo. Portanto, o discurso jornalístico é o discurso que vai (re)construindo a história da institucionalização dos sentidos ininterruptamente.

O discurso jornalístico sobre o Referendo do Comércio de Armas, mais conhecido como Referendo das Armas, trata das reportagens que foram veiculadas pelas revistas *Época*, *Veja* e *IstoÉ* no período que antecede o Referendo realizado em 23 de outubro do ano de 2005. O referendo é um dos mecanismos de participação popular assegurados em Lei (Constituição, 1988) e que conta com a articulação de uma proposta que pretende refletir sobre problema social e que precisa ser aprovada na prática da votação para ser aplicada ao Estatuto do Desarmamento (2003). A proposta apresentada pelo Governo teve a seguinte formulação: O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil? Esta foi a seqüência discursiva de referência no *corpus* em questão.

Para proceder às análises desse *corpus*, a noção de formação discursiva tornou-se produtiva. Através dela posso compreender que o trabalho da linguagem envolve a relação interioridade-exterioridade constitutivamente. Nessas relações articulam-se noções como a de interdiscurso, memória, pré-construído e discurso transversal de acordo com a AD.

Pêcheux ressalta que “[...] uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente ‘invadida’ por elementos que vem de outro lugar (isto é, de outras FDs) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais (por exemplo sob a forma

de ‘preconstruídos’ e de ‘discursos transversos’)” (Pêcheux, 1997c:314). Para o autor a formação discursiva é heterogênea em relação a si mesma e em relação a outras formações discursivas, bem como em relação às posições-sujeito que abriga, pois em seu interior estas se relacionam por igualdade, diferença e divergência, o que caracteriza a fragmentação do sujeito.

Portanto, a heterogeneidade é característica marcante do interdiscurso. Pode-se, então, depreender disso que o interdiscurso (complexo de formações discursivas) e o intradiscurso (o fio do discurso) são elementos relacionados e o caráter da forma-sujeito que se identifica com a formação discursiva é que “simula o interdiscurso no intradiscurso” (Pêcheux, 1997a, p. 162). Este sujeito do saber, universal e/ou histórico, como é chamada a forma-sujeito, é responsável pela ilusão de unidade do sujeito. A questão da forma-sujeito para a AD é a maneira pela qual o sujeito se identifica com a formação discursiva que o constitui, e se dá quando o sujeito retoma os elementos do interdiscurso que o determinam. Nesse processo de tomada-de-posição do sujeito na formação discursiva podemos pensar o desdobramento do sujeito, ou seja, a dissimulação do assujeitamento que corresponde à relação entre pré-construído e articulação ou efeito-transverso que constitui o sujeito em sua relação com o sentido, isto é, representa no interdiscurso aquilo que determina a dominação da formação ideológica.

A relação interdiscursiva determina materialmente o efeito de encadeamento e articulação do discurso e é através do pré-construído (já-dito) que se sustenta o efeito de universalidade. Então, através do discurso-transverso é que o pré-construído se apresenta enquanto algo “naturalizado” discursivamente. Nas palavras de Pêcheux (1997a, p. 166-7) “O interdiscurso enquanto discurso-transverso atravessa e põe em conexão entre si os elementos discursivos constituídos pelo interdiscurso enquanto pré-construído que fornece, por assim dizer, a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como ‘sujeito-falante’, com a formação discursiva que o assujeita”. É na formação discursiva que o lingüístico constitui-se de sentido e é também o lugar de determinação do sujeito enunciator. Existe, portanto, uma relação constante e indissociável da formação discursiva com o interdiscurso.

A partir das condições de produção que sustentam efeitos de verdade no discurso, localizo metodologicamente a Formação Discursiva Jornalística do Direito à Vida, campo que abrange os dizeres de sujeitos enunciativos jornalistas e que se relaciona com outros discursos. No interior dessa formação discursiva marca-se a diferença e a divergência de modos de dizer entre posições-sujeito-jornalísticas em contestação e sustentam o efeito de contraste. Conforme as análises das seqüências discursivas que compõem o *corpus*, estas posições buscam delimitar seu espaço e dominância no interior da FD. Cada uma das posições-sujeito-jornalísticas vai construir um horizonte de expectativas e perspectivas sempre em relação contraditória retomando, refutando,

rejeitando ou se aliando. Esta diferença mostra as contrariedades, o duvidoso, o controverso e aparece na maneira de questionar, afirmar ou por dúvida os pressupostos, argumentos e objetivos do discurso-outro, ou seja, tendo em vista um imaginário de sujeito-leitor-cidadão é que se gera a polêmica.

As revistas que analiso apresentam diferentes posições-sujeito em seus discursos. A Revista *Época* prestou-se a sustentar efeito de imparcialidade apresentando a contestação na divisão da posição-sujeito-jornalística (Sim e Não). O mesmo acontece com a revista *IstoÉ*. Na revista *Veja*, no entanto, estão presentes os pressupostos que permeiam os dizeres da posição-sujeito-jornalística pelo Não no Referendo, optando pela parcialidade e refletindo os dizeres da posição-sujeito-jornalística-Sim apanhados pelo funcionamento do conector condicional *Se*. Essas diferenças e divergências nos discursos sinalizam posições ideológicas.

Para que pudessem ser apreendidas essas relações contraditórias, as noções de ressonância de significação de modos de dizer e enunciado dividido também foram produtivas. Nesta relação, o enunciado dividido afirma a posição da AD no que se refere à posição do sujeito no processo de formação do discurso, reafirmando a sua não intencionalidade. O enunciado dividido é uma modalidade que permite observar diferentes posições-sujeito na formação discursiva e também as relações entre formações discursivas diferentes.

Portanto, a Formação Discursiva Jornalística do Direito à Vida é heterogênea em relação a si própria e o conector *Se* é uma marca discursiva que auxilia na apreensão da contestação entre essas posições-sujeito-jornalísticas e conseqüente efeito de contraste entre elas. São enunciados que se dividem em diferentes posições-sujeito no âmbito de uma mesma formação discursiva. É o saber da formação discursiva que não é homogêneo e há disputa por espaço nesta formação discursiva nos limites do sentido que ela pode suportar.

Nesse sentido, a noção de memória se faz importante. Courtine (1981) a distingue da memorização psicológica explicando que, em determinada conjuntura, a produção discursiva abrange formulações anteriores já enunciadas. Não se trata de um retorno da história na atualidade ou do passado no presente ou de uma memória da ordem do cognitivo ou do psicológico, mas da ordem do discursivo. Fala-se num movimento discursivo em que dizeres retornam (do recalque do inconsciente e ideologicamente marcados) num movimento contínuo em que exterior e interior são interdependentes na materialidade lingüística.

O autor coloca que os enunciados que constituem o saber da formação discursiva existem “no tempo longo de uma memória” e as formulações “no tempo curto da atualidade de uma enunciação”. Portanto, o enunciado é da ordem interdiscursiva e a formulação da ordem

intradiscursiva. É na articulação dos pré-construídos (a exemplo dos enunciados divididos), do discurso-transverso e da articulação dos enunciados discursivos que se formam os enunciados. Segundo o autor, a repetição pode ocasionar uma memória lacunar, pois o interdiscurso produz pelo sujeito do discurso a recordação e a lembrança das formulações e também seu esquecimento ou apagamento.

Na relação entre os dizeres numa rede interdiscursiva o que difere nas posições é o modo de considerar o uso da arma: enquanto objeto de defesa ou de risco à vida. O que se tem em comum é o desejo de proteger a vida do cidadão e os seus bens. Portanto, para que a arma represente proteção ela não pode apresentar riscos à família. Esses dizeres circulam na Formação Discursiva Jornalística do Direito à Vida e se articulam pela diferença, divergência e igualdade. O discurso jornalístico em si é o discurso em que se constrói efeito de verdade através de articulações entre memória, atualidade e possibilidade. A memória enquanto disputa de interpretações e inerente à linguagem no processo histórico é uma memória que se atualiza no momento da enunciação por diferentes possibilidades de dizer, portanto, na construção histórica da atualidade ao mesmo tempo em que se abre para inúmeras outras possibilidades de dizer no discurso.

Nesse processo, o discurso jornalístico apresenta-se no efeito de verdade e sustenta esse efeito por outros efeitos relacionados como efeito de evidência, de universalidade e de dissenso. É um discurso atravessado de outros discursos que se complementam e que geram a polêmica social, pois ao mesmo tempo estabelece “verdades”, ostenta “objetividade” e assegura (im)parcialidade.